

AS DESVENTURAS DE UM CONCEITO: CAPITALISMO HISTÓRICO E A HISTORIOGRAFIA SOBRE A ESCRAVIDÃO BRASILEIRA*

Contato
Av. Professor Lineu Prestes, 338
05508-900 - Cidade Universitária - São Paulo
E-mail: marquese@usp.br

Rafael de Bivar Marquese**
Universidade de São Paulo

Resumo

O artigo explora os meios pelos quais a historiografia sobre a escravidão brasileira tem lidado com o tema do capitalismo nos últimos tempos. Se, entre as décadas de 1930 e 1970, o conceito esteve no centro das preocupações de historiadores e cientistas sociais, a partir de fins da década de 1980, ele desapareceu do horizonte analítico das escolas historiográficas que se firmaram no campo. O artigo avalia as perdas produzidas por tal escolha, apontando a necessidade de operarmos com definições renovadas de capitalismo histórico para avançarmos na compreensão do nosso passado escravista.

Palavras-chave

Escravidão – capitalismo – historiografia – Brasil.

* Este artigo faz parte de um projeto mais amplo financiado pelo CNPq e foi originalmente apresentado na mesa redonda *50 anos de historiografia da escravidão brasileira (1961-2011): balanços e perspectivas*. XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH. *Anais*. USP, São Paulo, julho de 2011, e no SEMINÁRIO ORDEM E RUPTURA EM DEBATE: ESCRAVIDÃO E ALFORRIA. *Anais*. UFF, Niterói, novembro de 2011. Agradeço aos organizadores desses dois eventos (Sylvia Basseto, Sheila de Castro Faria, Roberto Guedes Ferreira e Márcio de Sousa Soares), bem como aos colegas que dividiram essas mesas comigo (Hebe Mattos, Sidney Chalhoub, João Fragoso e José Flávio Motta) e ao público presente, debatendo o que então expus. Agradeço, ainda, a todos os amigos da Second Slavery Research Network: as questões aqui colocadas são, em grande parte, decorrência de nosso trabalho coletivo.

** Professor doutor do Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Doutor em História pela Universidade de São Paulo e bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

THE MISADVENTURES OF A CONCEPT: HISTORICAL CAPITALISM AND HISTORIOGRAPHY OF BRAZILIAN SLAVERY

Contact
Av. Professor Lineu Prestes, 338
05508-900 - Cidade Universitária - São Paulo
E-mail: marquese@usp.br

Rafael de Bivar Marquese
Universidade de São Paulo

Abstract

The article explores how the historiography of Brazilian slavery has dealt with the issue of capitalism in recent times. If, in the 1960s and 1970s, the concept was a central concern for historians and social scientists, from the late 1980s on it disappeared from the analytic horizon of the schools that took command of the field. The article assesses the losses produced by such a choice, showing the need to operate with renewed definitions of historical capitalism to advance in the comprehension of our slavery past.

Keywords

Slavery - capitalism - historiography - Brazil.

(...) *anybody who can hold the Present at its worth without being
inappreciative of the Past, it may be forgiven (...)*
Herman Melville, *Billy Budd, sailor*.

I.

As discussões em torno da chamada “crise geral do século XVII” deram origem ao que pode ser considerado como um dos grandes debates historiográficos do último meio século. De fato, desde a publicação do famoso artigo de Eric Hobsbawm em 1954, que pretendia intervir na discussão mais ampla sobre a transição do feudalismo para o capitalismo na Europa, um notável time de historiadores e cientistas sociais – marxistas ou não – engajou-se na avaliação sobre a existência de uma crise geral europeia no século XVII, seus eventuais contornos, origens, implicações. J. H. Elliott foi um deles. Ao efetuar um balanço do debate em 2005, portanto mais de cinquenta anos depois da publicação do ensaio de Hobsbawm, o eminente hispanista constatou seu arrefecimento a partir da década de 1970, fruto das alterações das condições políticas imediatas que haviam impulsionado as discussões nas décadas de 1950 e 1960 e, também, da própria mudança do ambiente historiográfico. Nos anos setenta, escreve Elliott:

As reações contra Fernand Braudel ganhavam força; a balança dos *Annales* mudava da história econômica e social para a história das mentalidades; e o determinismo histórico estava em retirada, na medida em que o contingente e o individual eram redescobertos, a história política era reinventada, a arte da narrativa (...), revivida, e os revisionistas voltavam-se à desconstrução sistemática de tudo o que achávamos que sabíamos e entendíamos antes que seus grupos de demolição entrassem em cena. Tal clima era bem pouco propício para uma teoria da crise geral, ou, de fato, para qualquer outro tipo de teoria.

Mas, a partir de sua base de observação no mundo ibérico, Elliott acreditava que nem tudo se perdeu. Muitas das questões geradas pelo debate sobre a crise geral do século XVII continuaram a render bons frutos, e os resultados dessas pesquisas posteriores indicaram a impossibilidade de resolver os problemas suscitados sem um enquadramento global, transnacional, o único capaz de dar conta das múltiplas interações da política, da economia, da sociedade e da cultura. O passado, concluiu, ainda poderia apontar caminhos para o presente: “a despeito de todos os seus limites, os historiadores daquela geração [a que participou ativamente do debate sobre a crise], ao

contrário de muitos de seus sucessores, não tinham medo de formular grandes questões, ou de pintar com uma trincha em uma tela grande. Isso, mais do que tudo, é o que precisamos hoje”.¹

Eis um bom ponto de partida para o que pretendo discutir neste artigo. Nos últimos cinquenta anos, a historiografia sobre a escravidão brasileira passou por um movimento semelhante ao que Elliott identificou para a historiografia sobre a Europa moderna. Durante um bom tempo, isto é, da década de 1930 à década de 1970, praticamente todos os historiadores, cientistas sociais e economistas que lidaram com o passado escravista brasileiro procuraram enfrentar o problema da formação do capitalismo em nosso país. Os enquadramentos adotados e os aportes teóricos foram bastante diversos, bem como os resultados a que chegaram, porém pode-se afirmar que suas análises privilegiaram o tempo longo, e não o tempo curto, a visão de conjunto, que procurava inserir o Brasil no contexto mundial, as estruturas econômicas e sociais em detrimento dos acontecimentos políticos.

Tal perspectiva unificou, no campo do marxismo, tanto os que apontavam que já de saída a colonização do Brasil – com a consequente adoção do trabalho escravo – obedecera aos ditames do capital comercial europeu, portanto sendo inteiramente informada pela lógica capitalista, como os que afirmavam que a escravidão negra nas grandes propriedades rurais fora submetida a uma lógica ainda feudal, pré-capitalista. Do mesmo modo, as discussões em torno da problemática do desenvolvimento e do subdesenvolvimento travadas no âmbito das formulações teóricas da Cepal também abordaram a escravidão das zonas periféricas das Américas tendo em mente suas relações estreitas com o desenvolvimento capitalista nos países centrais da Europa.²

Sob o risco de simplificação, podemos considerar esses procedimentos como uma espécie de face local do debate global sobre a formação do capitalismo. A década de 1970 representou, simultaneamente, o zênite e o nadir

¹ ELLIOTT, J. H. The general crisis in retrospect: a debate without end. In: *Spain, Europe & the Wider World, 1500-1800*. New Haven: Yale University Press, 2009, p. 64-5 e 73.

² Cabe apenas referência aos trabalhos matriciais: PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1973 (1ª edição 1942); SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1964 (1ª edição 1962); FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 (1ª edição 1959). Para duas boas visões de conjunto sobre o chão comum desses autores, em especial sua “interpretação estruturalista da história colonial”, ver SCHWARTZ, Stuart. Depois da dependência: caminhos novos da historiografia brasileira. In: *Da América portuguesa ao Brasil. Estudos históricos* (Tradução português). Lisboa: Difel, 2003, p. 273-304, e MOTTA, José Flávio. Agonia ou robustez? Reflexões acerca da historiografia econômica brasileira. *Revista de Economia da PUC-SP*. São Paulo: PUC-SP, vol. 1, nº. 1, 2009, p. 117-138.

dessa forma de análise, quando apareceram os dois modelos mais sofisticados até então elaborados sobre as relações entre capitalismo e escravidão no Brasil. O primeiro deles, que bebeu na vertente do marxismo que postulava a centralidade da expansão comercial europeia para o entendimento da colonização do Novo Mundo, na teoria da dependência e nas formulações braudelianas sobre o tempo histórico, resultou no modelo do antigo sistema colonial. Nele, a escravidão negra – atrelada às demais engrenagens de exploração das colônias do Novo Mundo, como o exclusivo comercial e o comércio triangular entre Europa, África e América – foi entendida como uma peça essencial para a formação do capitalismo industrial na Inglaterra e, portanto, para a transição ao modo de produção capitalista. O segundo modelo distanciou-se dessas tradições, buscando, pelo contrário, apreender a mecânica do escravismo colonial por meio de uma análise centrada no exame das relações de produção internas ao mundo colonial, relações essas não redutíveis às determinações externas da expansão comercial europeia, ainda que fossem a elas articuladas. Nesse sentido, ter-se-ia constituído nas regiões escravistas do Novo Mundo, dentre as quais o Brasil, um modo de produção singular, nem feudal, nem capitalista, porém articulado, via mercado mundial, ao capitalismo em formação.⁵

Em que pesem as acirradas disputas travadas em torno desses modelos em fins dos anos setenta, eles não demoraram a ser considerados como incapazes de instigar a pesquisa histórica sobre a escravidão brasileira, sofrendo alguns deslocamentos que, em pouco tempo, os tornariam passado historiográfico.⁴ Diversas variáveis, nacionais e internacionais, políticas e intelectuais, em uma história que já foi inventariada por outros autores,

⁵ Ver, respectivamente, NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979; CARDOSO, Ciro F. S. O modo de produção escravista colonial na América. In: SANTIAGO, Theo (org.). *América colonial*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975; GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011 (1ª edição 1978).

⁴ Os debates do final dos anos setenta podem ser acompanhados em duas coletâneas: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980; PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984. Em dois outros textos, examinei esses deslocamentos por meio da análise da trajetória de dois grandes historiadores, Emília Viotti da Costa e Eric Williams. Ver, respectivamente, MARQUESE, Rafael de Bivar. Estrutura e agência na historiografia da escravidão: a obra de Emília Viotti da Costa. In: FERREIRA, A. C., BEZERRA, H. G. e LUCA, T. R. de (org.). *O historiador e seu tempo*. São Paulo: Editora Unesp, 2008, p. 67-81; MARQUESE, Rafael de Bivar. Prefácio. *Capitalismo e escravidão e a historiografia sobre a escravidão negra nas Américas*. WILLIAMS, Eric. *Capitalismo & escravidão*. Tradução português. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 9-23 (republicado em *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, vol. 26, n.75, maio/agosto de 2012, p.341-354).

ajudam a entender porque isso ocorreu: no plano global, o esgotamento das formas políticas tradicionais da esquerda no pós-1968 (o que inclui o colapso posterior do Leste europeu), o surgimento de novos atores políticos (feminismo, movimento negro, minorias etc.), o avanço das reformas neoliberais, a crise do estruturalismo, do marxismo e das chamadas “grandes narrativas”, a virada linguística, o discurso pós-moderno; no plano local, a crise econômica dos anos 1980, a redemocratização do país, a consolidação do sistema de pós-graduação e a profissionalização em escala nacional do ofício do historiador.⁵

Nesse contexto, é possível identificar duas linhas historiográficas que, em seus desdobramentos, acabaram por levar ao abandono do que foi denominado de “interpretação estruturalista da escravidão” brasileira. Ironicamente, a primeira delas tem suas origens em uma das formulações da categoria modo de produção escravista colonial, e em seus cruzamentos com o programa de história agrária concebido por Maria Yedda Linhares – programa que, de início, colocava-se como herdeiro direto da segunda geração da escola dos *Annales*, esposando assim a relevância das perspectivas analíticas estruturais.⁶ A segunda é a da história social da escravidão, com grande inspiração no marxismo britânico (notadamente E. P. Thompson), que obteve ressonância em diferentes centros de pesquisa no Brasil, mas que encontrou sua mais forte aderência no programa de pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas.⁷

Somadas à produção de polos universitários como Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, com sólidas pesquisas sobre as respectivas trajetórias locais, bem como às investigações no campo da demografia

⁵ Um bom desenho de conjunto desses movimentos na historiografia brasileira e latino-americana e que portanto, não afetou somente a historiografia sobre a escravidão negra, pode ser lido em MALERBA, Jurandir. *A história na América Latina. Ensaio de crítica historiográfica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

⁶ Os textos fundadores desse programa são os de CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *História da agricultura e história regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa. Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 13-93, e de LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

⁷ É importante registrar o impacto policêntrico da obra de E. P. Thompson nos estudos sobre a escravidão brasileira: trabalhos tão díspares como o de REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos Malês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 (1ª edição 1986, edição revista), e o de DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984, invocaram o aporte da nova história social de matiz thompsoniano no começo da década de 1980. Para o contexto mais amplo da recepção de Thompson no Brasil, ver o capítulo 4 de MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

histórica, essas duas linhas trouxeram notável renovação para a historiografia sobre a escravidão brasileira. Lançando luz sobre a face interna da escravidão em suas várias abrangências regionais, e encarando os escravos como sujeitos ativos na construção de seu devir, a produção historiográfica posterior à década de 1980 mudou por completo o entendimento da dinâmica da instituição no Brasil. População escrava; tráfico negreiro transatlântico e tráfico interno de escravos; escravidão no campo, em atividades voltadas à exportação ou ao mercado interno; escravidão urbana; escravidão na pecuária, na mineração e no extrativismo; alforria e inscrição dos libertos na sociedade colonial e imperial; resistência escrava; culturas e identidades escravas, suas articulações com o passado africano e suas intersecções com os mundos do trabalho; normas e práticas legais relacionadas ao cativo: se nem todos esses temas eram propriamente inéditos, a historiografia posterior aos anos oitenta deu-lhes novos significados, ao utilizar repertórios documentais até então pouco explorados, com lentes teóricas inovadoras.⁸

Não obstante tudo o que se ganhou, houve uma perda inegável, na verdade um ponto de convergência entre as duas principais linhas que identifiquei acima. Trata-se do abandono do conceito de capitalismo, ora tomado como uma categoria abstrata, incapaz de conferir inteligibilidade a processos históricos reais vividos por sujeitos de carne e osso, ora tomado como equivalente à determinação externa dos destinos da sociedade escravista brasileira. O que passo a fazer, neste artigo, é avaliar brevemente como alguns dos trabalhos mais relevantes gestados por essas duas vertentes produziram uma perspectiva de análise que acabou por conduzir a um descaso com os processos históricos de longa duração e os quadros globais mais amplos nos quais se inscreveu o sistema escravista brasileiro, isto é, a um descaso com as forças estruturais do capitalismo histórico. Meu objetivo será tão-somente o de demonstrar o quanto se perdeu ao se deixar de lado a poderosa herança intelectual das gerações anteriores – e o quanto se pode ganhar se ela for retomada em novas bases.

⁸ Evidentemente, é impossível arrolar sequer os trabalhos mais relevantes. Para uma visão de conjunto das abordagens desenvolvidas após a década de 1980, ver o capítulo 1 de SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Tradução português. Bauru, SP: Edusc, 2001. Uma boa síntese das principais descobertas no campo da história econômica e demográfica da escravidão brasileira pode ser lida em LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert. *Escravidão no Brasil*. Tradução português. São Paulo: Imprensa Oficial-Edusp, 2010.

II.

Em 1993, a historiadora Silvia Hunold Lara compôs um artigo programático no qual procurava expor todo um conjunto de preocupações que vinha norteando um dos principais polos acadêmicos da nova historiografia da escravidão no Brasil. O texto, significativamente, foi redigido por ocasião de um seminário em homenagem ao falecimento, naquele ano, de E. P. Thompson. Para fugir do beco sem saída dos debates sobre o modo de produção escravista colonial, a obra de Thompson foi entendida como a solução para a modalidade de história social e cultural então advogada. O historiador marxista britânico se tornou, assim, referência teórica básica para esse esforço coletivo de pesquisa que tanto ajudou a renovar a historiografia sobre a escravidão brasileira. A ênfase dos historiadores envolvidos nesse projeto incidiu sobre a experiência dos agentes históricos envolvidos nas relações de dominação e de exploração, que não mais eram vistos como meros sujeitos passivos ou autômatos das estruturas econômicas, mas antes como sujeitos ativos na construção de seu devir. Mas tal apropriação não se deu sem problemas.

Segundo Silvia Lara, E. P. Thompson, em seu artigo “A sociedade inglesa setecentista: luta de classes sem classes?”, de 1978,

rejeita a utilização de termos demasiadamente genéricos e imprecisos (como “feudal”, “capitalista” ou “patriarcal”) e, ao mesmo tempo, recupera a operacionalidade analítica do termo “paternalismo” para o estudo da luta de classes na sociedade inglesa setecentista. (...) É exatamente aqui que encontramos a possibilidade de convergência entre as interpretações históricas de Thompson e a historiografia sobre a experiência negra no Brasil: tal como na Inglaterra, também aqui há historiadores que consideram os termos abstratos e generalizantes de pouca ajuda para a análise das especificidades históricas das relações entre senhores e escravos no Brasil.⁹

Contudo, não foi isso que Thompson escreveu. Vale citá-lo aqui:

é queixa comum que os termos “feudal”, “capitalista” ou “burguês” sejam demasiado imprecisos para serem úteis numa análise séria, abrangendo fenômenos demasiado vastos e díspares. Entretanto, agora encontramos constantemente o emprego de novos termos, como “pré-industrial”, “tradicional”, “paternalismo” e “modernização”, que parecem estar sujeitos praticamente às mesmas objeções, e cuja paternidade teórica é menos precisa. Talvez seja interessante observar que, enquanto o primeiro conjunto de

⁹ LARA, Silvia Hunold. “Blowin’ in the wind”: Thompson e a experiência negra no Brasil. *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 12, outubro de 1995, p. 43-56 (grifo meu).

termos chama a atenção para o conflito ou tensão dentro do processo social, o segundo parece cutucar-nos para que vejamos a sociedade em termos de uma ordem sociológica autorreguladora. Com um cientificismo enganador, esses termos se apresentam como se não contivessem julgamentos de valor. Também possuem uma estranha falta de temporalidade. Desgosto particularmente de “pré-industrial”, uma tenda cujas pregas espaçosas acolhem lado a lado os fabricantes de roupas do oeste da Inglaterra, os ourives persas, os pastores guatemaltecos e os bandoleiros corsos. Entretanto, vamos deixá-los felizes em seus bazares, trocando os seus surpreendentes produtos culturais, e examinar mais de perto o “paternalismo”.¹⁰

Após essas considerações, Thompson oferece uma análise contundente do paternalismo (cuja “especificidade histórica” é, segundo ele, “consideravelmente menor do que termos como feudalismo ou capitalismo”) como mecanismo ideológico na sociedade inglesa do século XVIII.¹¹ Mais do que desconhecimento ou deslize de citação, o descompasso entre as duas passagens revela a natureza da recepção do trabalho de Thompson no Brasil, em uma leitura que limou seu fundo historiográfico mais amplo, qual seja o do problema da formação do capitalismo na Inglaterra.

Esse tipo de apropriação já podia ser observado no próprio trabalho anterior de Silvia Lara, centrado justamente em torno do conceito de paternalismo. Em *Campos da violência*, Lara dele se valeu para compreender a natureza dos embates entre senhores e escravos e de seus significados para os diversos sujeitos sociais envolvidos na relação escravista, tomando por base a região de Campos dos Goitacazes entre 1750 e 1808. O livro opera em dois planos distintos, observáveis em suas duas partes. Na primeira, procede a um casamento entre a categoria de antigo sistema colonial e as formulações foucaultianas sobre a natureza do poder no Antigo Regime europeu, para examinar “o controle social e a reprodução da ordem escravista”. Aqui, o discurso estrutural ainda se faz presente, na medida em que a autora procura correlacionar os mecanismos mais amplos de funcionamento do sistema colonial com as formas de manutenção da ordem escravista. Ao final dessa parte, avalia-se como a historiografia sobre a escravidão brasileira lidou com o binômio violência-paternalismo, momento em que a referência teórica central passa a ser E. P. Thompson, em especial sua proposta sobre como

¹⁰ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução português. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 27-28.

¹¹ THOMPSON, *Costumes em comum*, op. cit., p. 32.

tratar a “luta de classes sem classes”.¹² Após um rápido capítulo introdutório que situa o leitor no cenário de Campos dos Goitacazes no período assinalado, a segunda parte do livro desloca o foco para o exame concreto das lutas entre senhores e escravos, desenvolvendo a ideia de que os primeiros foram eficazes em internalizar nos cativos os valores de sua dominação, ainda que estes últimos colocassem limites à dominação sem freios justamente por operarem dentro do campo estabelecido pela ideologia escravista de seus donos. Daí advém, segundo Lara, a pequena validade heurística de uma definição abstrata de violência para apreender a natureza das relações de domínio e de poder sob a escravidão.¹³

Bastante provocativo, assim que foi publicado, o livro de Silvia Lara suscitou leituras divergentes.¹⁴ Sem retomar os argumentos contrários ou favoráveis que foram então expostos, quero destacar dois pontos dessa obra, atinados aos propósitos imediatos do meu artigo. Em primeiro lugar, a “luta de classes sem classes” não altera em nada a correlação local de forças entre senhores e escravos. O que se oferece é uma história imóvel: Campos dos Goitacazes aparece, em 1808, como sendo rigorosamente igual a 1750. Segundo, essa luta ocorre em um vácuo histórico. O curto capítulo seis (o primeiro da segunda parte) serve apenas para situar o leitor em relação a alguns dados básicos da geografia, da história política, da economia e da demografia da região. Trata-se de uma contextualização externa ao movimento concreto de análise. Quais forças trouxeram o substancial avanço das atividades açucareiras agroexportadoras a partir da segunda metade da década de 1770, notadamente na década de 1790? Como elas se relacionaram à demografia escrava ou às condições de vida dos trabalhadores escravizados? Os poucos dados fornecidos no capítulo em questão passam longe dessas perguntas, assim como toda a segunda parte do livro. No entanto, elas são cruciais ao escopo da obra, haja vista que dão conta de vetores determinantes no estabelecimento das condições reais, objetivas, dos embates entre senhores e

¹² Marcelo Badaró Mattos, que é bastante crítico em relação ao modo pelo qual o historiador Edgar De Decca buscou compatibilizar Foucault e Thompson, silencia sobre o procedimento análogo de Silvia Lara. Ver MATTOS, E. P. *Thompson*, op. cit., p. 213-15.

¹³ LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

¹⁴ Dois exemplos de avaliação positiva e negativa: SOUZA, Laura de Mello e. O escravismo brasileiro nas redes do poder: comentário de quatro trabalhos recentes sobre a escravidão colonial. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, vol. 2, n. 3, 1989, p. 133-152; GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990, p. 22-25.

escravos na paisagem campista.¹⁵ Esses dois pontos indicam o afastamento de *Campos da violência* em relação ao método de E. P. Thompson: toda a vasta bibliografia marxista sobre a Revolução Industrial constituiu o pressuposto da análise thompsoniana sobre a formação da classe operária na Inglaterra, isto é, ela lhe forneceu o referencial que lhe permitiu examinar, dentro da tradição crítica do materialismo histórico, as conexões concretas e mutuamente determinantes entre o mundo material e as lutas sociais, que não foram as mesmas de 1790 a 1830.¹⁶

Procedimento semelhante de uma apropriação seletiva da obra de Thompson, desconsiderando por completo a esfera do capital, foi adotado por Sidney Chalhoub em livro de 1990, que trata do “processo histórico de abolição da escravidão na Corte [i. e. a cidade do Rio de Janeiro]”. O objetivo do autor é propor “uma teoria explicativa das mudanças históricas” naquele tempo e espaço, com um alvo historiográfico preciso. Valendo-se das críticas de Thompson a Althusser e à “tradição economicista do marxismo”, Chalhoub volta-se contra os trabalhos brasileiros das décadas de 1960 e 1970 que, segundo ele, postularam “uma teoria do reflexo mais ou menos ornamentada pelo político e pelo ideológico”, na qual “a decadência e a extinção da escravidão se explicam em última análise a partir da lógica da produção e do mercado”.¹⁷

O livro é composto por três capítulos. O primeiro trata das lutas e experiências escravas em torno do tráfico interno; o segundo examina as lutas dos escravos pela alforria, valendo-se de modo pioneiro de uma documentação – as ações de liberdade – até então pouco ou nada explorada; o terceiro analisa as disputas em torno da apropriação do espaço urbano do Rio de Janeiro. Nesses três momentos, Chalhoub enxerga uma relação estreita entre as ações dos escravos, lastreadas nas “visões da liberdade” que construíram em sua situação de cativo, e os resultados da crise da escravidão. Assim, no que se refere à luta pela alforria, “é possível interpretar a lei de 28 de setembro [de 1871], entre outras coisas, como exemplo de uma lei cujas disposições mais essenciais foram ‘arrancadas’ pelos escravos às classes pro-

¹⁵ Um trabalho que articula muito bem essas duas dimensões na conjuntura da virada do século XVIII para o XIX, tratando igualmente de uma zona açucareira do Brasil colonial, é o de SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução português. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 337-392.

¹⁶ A referência, evidentemente, é o clássico *A formação da classe operária inglesa*. 3 volumes. Tradução português. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

¹⁷ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 18-23.

prietárias”; no que se refere ao espaço urbano, “os escravos, libertos e negros livres pobres do Rio instituíram uma cidade própria, arredia e alternativa, possuidora de suas próprias racionalidades e movimentos, e cujo significado fundamental, independentemente ou não das intenções dos sujeitos históricos, foi de fazer desmanchar a instituição da escravidão na Corte”.¹⁸

Thompson foi um crítico acérrimo do determinismo econômico, mas em momento algum de sua obra ele deixou de correlacionar, em via de mão-dupla, a produção material do mundo social à dinâmica das lutas sociais. As situações de conflito entre senhores e escravos examinadas no primeiro capítulo de *Visões da liberdade* foram produzidas pelo tráfico interno que carreou, entre 1850 e 1888, mais de 200.000 escravos de um ponto a outro do Brasil. Chalhoub trabalha com os dados obtidos por Robert Slenes, bem como expõe os circuitos mercantis que trouxeram os trabalhadores escravizados do norte do Brasil para a cidade do Rio de Janeiro, ponto de passagem para as fazendas do Vale do Paraíba, mas em momento algum o que produziu esse tráfico é integrado de modo substantivo à análise dos embates entre senhores e escravos. O assunto é crucial, pois estamos lidando, aqui, com as condições concretas de possibilidade da experiência da escravidão e da liberdade no tempo e no espaço em tela. Ora, as razões para a existência do tráfico interno no Império do Brasil durante a segunda metade do século XIX, seu volume e direção, só podem ser examinadas a partir da “tal lógica capitalista ou lógica de mercado”, ou seja, a partir do entendimento do funcionamento concreto da economia escravista brasileira dentro da divisão internacional do trabalho sob a égide do capitalismo industrial. No entanto, tentar compreender a escravidão brasileira prestando atenção a “tal lógica capitalista ou lógica de mercado” significa outra coisa para Chalhoub: “a teoria do escravo-coisa completa aqui o seu percurso”, afirma ele.¹⁹

Da mesma forma, o recorte do livro – o “processo histórico de abolição da escravidão na Corte” – é, em si, problemático. A capital do Império, não obstante toda sua importância (o epicentro do abolicionismo, com sua campanha na imprensa e nas ruas, estava na corte; o desenrolar da alta política que levou à aprovação das leis de 1871 e de 1888 deu-se nos gabinetes imperiais, nos salões, nos corredores da Câmara e do Senado), certa-

¹⁸ CHALHOUB. *Visões da liberdade*, op. cit., p. 27 (frase repetida, com as mesmas palavras, na p. 160), p. 28.

¹⁹ CHALHOUB, *Visões da liberdade*, op. cit., p. 47. Para um ótimo trabalho recente sobre o tráfico interno que o analisa sob a lógica do mercado, ver MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além. O tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista*. São Paulo: Alameda, 2012.

mente não é a unidade de análise adequada para compreender o destino da escravidão em nossas terras. O processo histórico da abolição se deu em todo o território do Estado nacional brasileiro, em interface constante com o sistema interestatal. Porém, no livro, não há qualquer mediação entre as ações dos escravos do espaço urbano do Rio de Janeiro e a dinâmica política que resultou em 1871 ou em 1888: de acordo com “a teoria explicativa” nele contida, a atuação cotidiana desses sujeitos levou ao colapso da escravidão.²⁰ Para sintetizá-la em uma frase: o conflito social entre senhores e escravos na cidade do Rio de Janeiro, fundado em diferentes visões da liberdade, destruiu a escravidão brasileira. Em seu esforço para derrotar o que denominou como “teoria do escravo-coisa”, Chalhoub solapou quaisquer possibilidades de manter um mínimo de coerência com a obra de E. P. Thompson e seu projeto original de crítica do marxismo mecânico e economicista. Com o escravo-coisa, foi-se embora o conceito de capital, restando a ação dos subalternos como o motor único da história.

Ao cindir, nas análises históricas dos séculos XVIII-XIX, os processos de transformação social dos processos de produção do mundo material, muitos dos historiadores que se inspiraram em Thompson para examinar a escravidão brasileira acabaram recaindo no que Derek Sayer denomina como “abstrações violentas” que tanto dano fizeram ao materialismo histórico, isto é, uma forma de análise que “violenta a história real – tanto a história que as pessoas fizeram no passado, como a história que eles podem tentar construir no presente”.²¹ Nesse movimento, feriram o próprio fundamento ontológico de toda a perspectiva marxiana de E. P. Thompson – mas, também, de Maurice Dobb, de Rodney Hilton, de Christopher Hill, de Eric Hobsbawm. Os historiadores brasileiros, em resumo, retiraram Thompson do contexto político e historiográfico que deu origem à sua obra, a saber, o debate sobre a formação do capitalismo da Inglaterra – um procedimento cruel, sem dúvida, em relação a um autor que considerava a história como a disciplina do contexto.

Quais as implicações dessa escolha para a compreensão da “história real” (nos termos de Derek Sayer) do Brasil? A força histórica fundadora do longo século XIX (quadra histórica mundial que *grosso modo* vai do fim da Guerra

²⁰ Exemplos de arremate do argumento: “o futuro dessa sociedade ia se tecendo nos embates e nas interseções entre múltiplas visões de liberdade”, p. 80 [última oração do capítulo 1]; “o que acabamos de ver foram exemplos seguidos de sujeitos históricos que conseguiram politizar a rotina e, assim, transformá-la”, p. 253 [último parágrafo do livro]. CHALHOUB, *Visões da liberdade*, op. cit.

²¹ SAYER, Derek. *The violence of abstraction. The analytic foundations of historical materialism*. Oxford: Basil Blackwell, 1987, p. xi.

dos Sete Anos ao início da Primeira Guerra Mundial), do qual a escravidão brasileira não tem como ser dissociada, a saber, a consolidação da economia-mundo industrial sob a égide do capital britânico, desapareceu quase que completamente do horizonte analítico da história social e cultural da escravidão que por aqui se consolidou como hegemônica a partir da década de 1980. Com isso, muitos desses historiadores passaram a ignorar como os processos históricos mais amplos que levaram à fundação do Estado nacional brasileiro e balizaram sua inscrição na arena mundial do século XIX se relacionaram com o chão escravista de nosso país. Talvez o mais eloquente do que acabo de afirmar, no entanto, tenha sido a conversão da categoria *experiência*, certamente uma das mais frouxas expressões da reflexão teórica – mas não da prática historiográfica – de Thompson, no conceito chave do projeto intelectual da história social da escravidão brasileira. Como outros já ressaltaram,²² a definição de experiência proposta por Thompson em *A miséria da teoria*, escoreada em uma textura unitária, leva à negação das ideias da 1) pluralidade dos tempos históricos e 2) da estrutura – a *longue durée* – com uma dimensão constitutiva essencial desses tempos. Duas heranças da escola dos *Annales* que os historiadores marxistas britânicos, a começar por Hobsbawm, sempre consideraram como uma conquista infável para o conhecimento histórico.²⁵

Há indicativos recentes de que pesquisadores da história social do trabalho reconheceram as fragilidades do tratamento anterior das dimensões estruturais – notadamente do Estado e do mercado mundial – em suas abordagens sobre o escravismo brasileiro. Um exemplo do que estou afirmando é o último livro de Sidney Chalhoub sobre a lei de 1851, que pretendia abolir o tráfico transatlântico de escravos, a prática generalizada de escravização ilegal de africanos que a ela se seguiu e os significados de uma coisa e de outra para os políticos, as autoridades públicas, os senhores de escravos e os setores subalternos (livres e escravos) do Império do Brasil. Nota-se, neste novo trabalho, a preocupação em inserir o Brasil no conjunto de forças históricas mais amplas que moldaram a escravidão negra oitocentista, em especial a incrível expansão da instituição em resposta ao aumento da demanda por produtos tropicais nas regiões industriais do sistema capitalista mundial

²² SEWELL Jr., William. How classes are made: Critical reflections on E. P. Thompson's theory of working class formation. In: KAYE, Harvey e McCLELLAND, Keith. *E. P. Thompson. Critical perspectives*. Filadélfia: Temple University Press, 1990, p. 59-66; ANDERSON, Perry. *Teoria, política e história. Um debate com E. P. Thompson*. Tradução espanhol. Madri: Siglo XXI, 1985, p. 80-81.

²⁵ HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. Tradução português. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 193-200.

– procedimento até então ausente nas análises da vertente da história social do trabalho aqui sumariada.²⁴

No entanto, a apreensão dessa dimensão é frágil. O livro *A força da escravidão* parte do processo de escravização massiva de africanos promovido pelo engate da cafeicultura do Vale do Paraíba à economia mundial, mas toda a análise se concentra na cidade do Rio de Janeiro. É certo que ambos os espaços (Vale do Paraíba e corte) faziam parte de um mesmo complexo histórico-geográfico, mas eles não são devidamente articulados no movimento da interpretação. Noutras palavras, o capítulo introdutório sobre as forças capitalistas mundiais pode simplesmente ser retirado do livro, pois, ao fim e ao cabo, ele não faz qualquer diferença para o exame das práticas de escravização ilegal e de seus sentidos sociais e políticos que é oferecido ao leitor nos demais capítulos. Uma vez mais, o que se tem é um tratamento externo – vale dizer, não substantivo – do contexto mais amplo em que se inscreveu a unidade histórica observada.²⁵ Porém, o que realmente chama atenção é a virada quase que completa no esforço de explicação abrangente das relações sociais escravistas no Império do Brasil. Antes, em 1990, a escravidão era fraca e os escravos eram fortes; agora, em 2012, os escravos são fracos e a escravidão é forte. É possível casar uma interpretação com a outra, desde que operemos com conceitos como o de conjuntura, como Emília Viotti da Costa o fez em estudo clássico, ou, então, com a ideia dos momentos das relações sociais de força de Antonio Gramsci – uma referência teórica central para E. P. Thompson.²⁶ Chaloub, contudo, não o faz, o que pode sugerir estarmos diante um projeto historiográfico à deriva, talvez um sintoma de sua crise.

²⁴ CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

²⁵ Um trabalho que lida exatamente com o mesmo objeto, mas que logra equacionar as forças globais e as forças locais no exame da construção institucional da escravidão brasileira oitocentista, é o de PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Em um curto comentário a um texto de Keila Grinberg, publicado alguns anos antes desse novo livro de Chaloub, também abordei a relação entre a lei de 1831, o mercado mundial e a natureza do Estado imperial brasileiro. Ver MARQUESE, Rafael de Bivar. O poder da escravidão: um comentário aos “Senhores sem escravos”. *Almanack Brasileiro*, n. 6, novembro 2007, p. 14-18.

²⁶ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989 (1ª edição 1966). Para um estudo que emprega com maestria a ideia de Gramsci sobre as relações sociais de força, tendo por objeto justamente a escravidão do Vale do Paraíba nos quadros da economia mundial capitalista do século XIX, ver SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

III.

Também em 1993, foi publicada a primeira edição do livro *O arcaísmo como projeto*, de João Fragoso e Manolo Florentino. Em seus respectivos doutorados que deram início ao projeto conjunto e que, de certo modo, representavam o termo do programa de história agrária concebido por Maria Yedda Linhares e Ciro Cardoso em fins dos anos setenta do século passado, Fragoso e Florentino dialogaram de modo explícito com toda a tradição historiográfica citada na introdução deste artigo.²⁷ Esse notável esforço teórico rendeu, e continua a render, uma grande produção historiográfica com cobertura cada vez mais ampla sobre os diversos espaços da América portuguesa, e muito ajudou a iluminar a dinâmica de funcionamento interno da economia colonial brasileira.

Para avaliar o volume conjunto, cabe um olhar um pouco mais cuidadoso sobre o estudo individual de Fragoso. O objeto do seu trabalho são as formas de acumulação presentes na economia colonial na passagem do século XVIII para o XIX, mais especificamente a praça do Rio de Janeiro, os mercados e as zonas produtivas a ela articulados. Utilizando a periodização consagrada por Nicolau Kondratieff, Fragoso parte da constatação de que, no ciclo de 1792–1850, em sua “fase B” (1815–1850), o Brasil não acompanhou o movimento de crise da economia mundial, pois verificou expansão positiva em suas flutuações com a rápida montagem da economia cafeeira. O objetivo central do livro consiste em entender porque isso ocorreu. Valendo-se da produção historiográfica que reviu o paradigma pradiano ao focar o mercado interno e as várias e diversas estruturas agrárias colônia afora, Fragoso afirma que, por ser mais do que uma “*plantation* autossuficiente”, isto é, por contar com um “mosaico de formas não-capitalistas de produção” articulado em torno da praça mercantil do Rio de Janeiro, a economia colonial demonstrou grande autonomia em relação aos influxos externos. A oferta de mantimentos a baixo custo era uma das condições de possibilidade da reprodução ampliada das *plantations* exportadoras em momentos de crise do mercado mundial. A outra, mais importante, estava no “mercado atlântico”,

²⁷ FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790-1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 (1ª edição 1993, edição revista).

vale dizer na oferta de escravos a baixo custo por meio de um tráfico negreiro transatlântico controlado a partir do Rio de Janeiro.²⁸

Tanto em um caso como em outro, os negociantes de grosso trato do Rio de Janeiro impuseram sua hegemonia econômica, seja pelo controle direto (tráfico transatlântico), seja pelas cadeias mercantis e de endividamento (mercado interno), o que, por sua vez, facultou a acumulação endógena de capitais, independentemente das flutuações da economia mundial. É nesse momento que Fragoso chega ao seu objetivo central: segundo ele, a despeito da lucratividade menor do setor agrícola em relação às atividades mercantis (a prova empírica que fornece para tanto é a queda contínua dos preços do café na primeira metade do século XIX), esses capitais acumulados endogenamente teriam sido reinvestidos em larga escala na produção escravista em zonas de fronteira, isto é, nas fazendas do Vale do Paraíba. Como explicar o comportamento empresarial dos negociantes de grosso trato da praça do Rio de Janeiro? O movimento todo seria impulsionado pelo ideal arcaico que conformava o *ethos* senhorial-escravista, um ideal acentuadamente não-capitalista: a posse de terras e homens como sinal decisivo de distinção social. Nesse impulso de reinvestir capitais mercantis em terras e escravos, em busca de ganhos sociais, e não de ganhos econômicos (noutras palavras, reinvestimento ditado não pela lucratividade, mas pela busca de status), encontrava-se o segredo de funcionamento da economia colonial.²⁹

Em *Arcaísmo como projeto*, Fragoso e Florentino explicitam sua filiação teórica ao formular a tese que sumariei no parágrafo anterior:

Não se engane o leitor, imaginando que este livro possa ser confundido com uma análise “econômica” no sentido estrito do termo. Pois sua ideia central é a de que a natureza arcaica da formação colonial impede que a economia possa ser apreendida por si mesma, i. e., sem levar em conta os aspectos não-econômicos que informavam seu funcionamento [Nota n. 5: “Inspiramo-nos, portanto, em diversos trabalhos de Karl Polanyi, cujas ideias centrais podem ser aferidas em *A grande transformação* (Rio de Janeiro: Campus, 1980)”. Daí a hipótese que norteia toda a reflexão: a de que a reprodução do sistema econômico se imbricava organicamente na contínua reiteração de uma hierarquia social fortemente excludente. Não poderia ser de outro modo. Em se tratando de uma sociedade escravista, a produção não era autorregulável, pressupondo

²⁸ Aqui entra a contribuição decisiva do trabalho de FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras. Uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII-XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

²⁹ FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

a constituição pretérita das relações desiguais de poder – afinal, na escravidão, o produtor direto era cativo de outrem. O poder, expresso em uma hierarquia excludente e fundada na ordem privada, era, portanto, a condição *sine qua non* para a concretização do processo produtivo.⁵⁰

Salta aos olhos como a leitura que Fragoso e Florentino fazem de *A grande transformação* reifica a categoria “mercado autorregulável”, dando por suposto sua existência real e concreta, quando todo o livro de Karl Polanyi consiste em uma dura crítica à suposição de que o “mercado autorregulável” realmente existe para além de uma construção ideológica que procura moldar o mundo conforme uma imagem prévia do que ele deve ser, não do que ele é. O que Polanyi demonstra (este é o fundo político de sua obra, o que a mantém atual, o que levou Joseph Stiglitz a prefaciá-la em edição de 2001, o que a conduziu novamente ao centro do debate corrente sobre regulamentação dos mercados financeiros globais) é que o dito “mercado autorregulável” depende, a cada passo, da intervenção do Estado – ou seja, do *poder* – para que ele exista e se reproduza. E, em suas consequências deletérias para a sociedade, seu funcionamento exige que as pessoas recorram ao Estado – novamente ao *poder* – para se defender das disfunções que a cada passo ele produz.⁵¹

Interessa entender as implicações dessa leitura de Polanyi para a explicação sobre a montagem da cafeicultura escravista, o que nos traz de volta ao tema deste artigo. A definição da economia colonial como “não-capitalista” e “arcaica” parece desobrigá-los de observar algo que seria necessariamente “externo” à colônia: se a economia colonial não obedece ao que vem de “fora”, só é possível explicá-la a partir de “dentro”. A contraposição interno x externo empregada por Fragoso e Florentino é a mesma que informou todo o esforço de construção teórica do modelo do modo de produção escravista colonial.⁵² Ao observarmos concretamente como se deu a montagem da cafeicultura do Vale do Paraíba, contudo, torna-se evidente como essa

⁵⁰ FRAGOSO & FLORENTINO, *O arcaísmo como projeto*, op. cit., p. 18-19.

⁵¹ Um ótimo esclarecimento do que consiste a abordagem polanyiana pode ser lido no ensaio de Michele Cangiani (“A teoria institucional de Karl Polanyi: a sociedade de mercado e sua economia ‘desenraizada’”), que serve de introdução à recente edição brasileira de POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Tradução português. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 11-44.

⁵² Para uma crítica semelhante, ver TEIXEIRA, Rodrigo Alves. Capital e colonização: a constituição da periferia do sistema capitalista mundial. In: PIRES, Julio Manuel e COSTA, Iraci del Nero da (org.). *O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas*. São Paulo: Educ, 2010, p. 218. Para uma crítica contundente da abstração “interno”-“externo”, frequentemente equacionada nos termos das relações de produção

contraposição representa outra manifestação das “abstrações violentas”. Em razão do pouco espaço que me sobra, remeto o leitor ao texto que escrevi com Dale Tomich, no qual demonstramos, empiricamente, como a cafeicultura do Vale do Paraíba foi construída em meio a um conjunto amplo e complexo de múltiplas relações entre as forças globais da economia-mundo capitalista (agora sob a égide da industrialização) e as forças locais no Brasil (a composição regional de terra, trabalho e capital, assim como a dinâmica dos conflitos entre fazendeiros, trabalhadores escravizados e agentes construtores do Estado nacional).⁵³

Antes de prosseguir, gostaria de acrescentar dois pontos adicionais, com uma nota teórica e outra bibliográfica. Fragoso e Florentino se valem de um ciclo Kondratieff para avaliar a desarmonia entre a “crise externa”, expressa no fato de os preços do café terem registrado “uma queda anual de 2% entre 1822 e 1833, e de 1,4% entre esse último ano e 1849”, e o comportamento interno da atividade agroexportadora escravista, que “enfrentava a queda dos preços internacionais pela multiplicação da produção”.⁵⁴ No entanto, os ciclos Kondratieff estão longe de serem aceitos sem questionamentos pela história e teoria econômicas. Para ficarmos em apenas uma crítica, Giovanni Arrighi destaca que eles

não são indicadores fidedignos das contrações e expansões do que quer que haja de especificamente capitalista no moderno sistema mundial. A lucratividade e o domínio do capital sobre os recursos humanos e naturais podem diminuir ou aumentar tanto nas fases de contração quanto nas de expansão [dos ciclos]. Tudo depende da fonte de onde provém a concorrência que leva os preços para cima ou para baixo.⁵⁵

Ora, os preços do café caíram entre 1822 e 1849 justamente por causa da produção brasileira! Sem necessariamente saberem disso, os senhores de escravos do Vale do Paraíba se converteram em *price makers* no mercado mundial do café. Em um desenho bastante simplificado do comportamento econômico dos cafeicultores escravistas brasileiros entre as décadas de 1820

“internas” x mercado mundial “externo”, ver TOMICH, Dale. *Pelo prisma da escravidão. Trabalho, capital e economia mundial*. Tradução português. São Paulo: Edusp, 2011, p. 53-79.

⁵³ MARQUESE, Rafael e TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil imperial, 1831-1870*, volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 339-383.

⁵⁴ FRAGOSO e FLORENTINO. *O arcaísmo como projeto*, op. cit., p. 125.

⁵⁵ ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Tradução português. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora da Unesp, 1996, p. 7.

e 1840, pode-se dizer o seguinte: com preços amplamente favoráveis na virada da década de 1810 para 1820, os primeiros cafeicultores plantaram café, esperaram cinco anos para colocar a safra no mercado e ganharam; outros vieram atrás e, ao colocarem o produto no mercado depois do intervalo de maturação das árvores, enfrentaram preços em queda no mercado mundial; mas, dados a produtividade de seus pés e os custos comparativos do trabalho com os quais operavam, ganharam dinheiro. O que os demais produtores fizeram? Plantaram mais café, rebaixando ainda mais os preços – e continuaram a ganhar dinheiro. Não há nada de novo no que escrevi: trata-se de uma manifestação da famosa Lei de Say, de indução do consumo pela oferta. Sua lembrança para compreender a cafeicultura escravista brasileira tampouco é nova: João Manuel Cardoso de Mello a empregou na década de 1970, em livro citado por Fragoso e Florentino como exemplo de um passado historiográfico a ser superado.³⁶

O silêncio em relação à bibliografia disponível no momento da redação de *O arcaísmo como projeto* é ainda mais saliente por outra ausência. Em 1982, Nathaniel Leff publicou seu alentado estudo sobre a história econômica do Brasil nos séculos XIX e XX, com o objetivo de criticar as teses cepalinas sobre as raízes do subdesenvolvimento brasileiro. Com outro repertório teórico, Leff enfrentou muitas das mesmas questões tratadas por Fragoso e Florentino, dentre as quais a relação entre comportamento econômico e valores socioculturais em uma sociedade tipicamente escravista como explicação para as travas ao desenvolvimento. Em que pese o procedimento de fatiar o mundo histórico real em variáveis abstratas, quantificáveis e testáveis por meio de modelos econométricos, Leff não desconsiderou as relações entre mercado mundial e mercado interno ao tratar desse problema. Seu estudo demonstra de forma cabal que os produtores escravistas brasileiros (pequenos lavradores ou grandes senhores, voltados ao abastecimento interno ou ao mercado internacional) reagiram às mudanças nos preços e nas condições do mercado, ou seja, o comportamento deles foi guiado pela busca da maximização dos ganhos econômicos. Em seus termos, “a racionalidade microeconômica não é condição suficiente para que um país consiga rápido desenvolvimento econômico. Mas, pela mesma razão, uma baixa taxa de desenvolvimento não indica necessariamente a ausência de comportamen-

³⁶ MELLO, João Manoel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. Campinas: Edições Facamp, 2009 (1ª edição 1978), p. 48.

to econômico otimizador”.⁵⁷ Por fim, Leff lembra a teorização de Thorstein Veblen, ao afirmar que espírito aquisitivo convive bem com valores que veem, na riqueza, o caminho para o incremento no status – o que, no caso do Brasil, equivalia à acumulação da propriedade de terras e de escravos.⁵⁸

Afora os problemas assinalados, assoma em *O arcaísmo como projeto* e no projeto a ele associado o fato de seus autores não levarem em conta as críticas de Fernand Braudel a Karl Polanyi.⁵⁹ O historiador francês aparece em rodapés de livros, artigos e teses dos pesquisadores que esposam o modelo de Fragoso quando analisam as práticas mercantis vigentes no mundo colonial, mas em momento algum o conteúdo da obra de Braudel é enfrentado. Lido com cuidado, *Civilização material, economia e capitalismo* invalida, no meu entender, a construção teórica elaborada a partir de *O arcaísmo como projeto*.

Basta mirarmos as análises recentes sobre os séculos XVI–XVII: a partir da constatação do “arcaísmo” na virada do XVIII para o XIX, João Fragoso voltou-se à busca das raízes históricas desse projeto “arcaico” que residiria, em última análise, no transplante para o Novo Mundo dos valores aristocratizantes de matriz ibérica, apartados das linhas de força que conduziram à formação da modernidade capitalista. As formas de articulação social que ele tenta apreender pela categoria “Antigo Regime nos trópicos”, contudo, não têm equivalência cabível com as que regiam o universo do Antigo Regime europeu. Essas formas demonstram, pelo contrário, que a colonização do Novo Mundo representou a via da carreira aberta ao talento por excelência. Não se trata de anacronismo: como Steve Stern bem argumentou para a experiência espanhola, de resto inteiramente válida para a experiência portuguesa, a “utopia da preeminência social” foi um dos motores básicos a mover a atuação dos conquistadores ibéricos nos séculos XVI e XVII. Na

⁵⁷ LEFF, Nathaniel H. *Subdesenvolvimento e desenvolvimento no Brasil. Reavaliação dos obstáculos ao desenvolvimento econômico*, volume II. Tradução português. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1991, p. 57. O trabalho de Guillermo Palacios sobre Pernambuco na virada do século XVIII para o XIX oferece um bom exemplo de pequenos camponeses – escravistas ou não – respondendo aos estímulos do mercado mundial, ao cambiarem a produção de farinha de mandioca para os mercados locais pela produção de algodão para o mercado mundial, e as implicações políticas e sociais de tal mudança. Ver PALACIOS, Guillermo. *Cultivadores libres, Estado y crisis de la esclavitud en la época de la Revolución Industrial*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

⁵⁸ LEFF, *Subdesenvolvimento e desenvolvimento*, volume II, op. cit., p. 60. Para uma crítica percutiente desse aspecto da interpretação de Fragoso e Florentino, e que serviu de inspiração para muitos dos meus comentários, ver SCHWARTZ, Stuart B. Somebodies and nobodies in the body politic: Mentalities and social structures in colonial Brazil. *Latin American Research Review*, vol. 31. n. 1, 1996, p. 113-134.

⁵⁹ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV–XVIII*, volume II: Os jogos das trocas. Tradução português. 3 volumes. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 192–196.

sua própria lógica de funcionamento, essa utopia dissolveu constantemente os esforços para recriar, no Novo Mundo, formas de estratificação política e social importadas do Velho Mundo, algo que, para a América portuguesa, Sérgio Buarque de Holanda há muito chamara a atenção.⁴⁰

Chegamos ao ponto crucial do segundo volume da *Civilização material, economia e capitalismo*. Pelo que se lê em suas páginas, o capitalismo penetrou no campo primeiro no Novo Mundo e somente mais tarde na Europa.⁴¹ Isto não significa que as sociedades coloniais americanas foram desde sempre capitalistas: significa, antes, que sua inscrição nas redes de expansão das fronteiras da mercadoria da economia-mundo capitalista produziu algo novo, que rompeu com o que vigorava no Antigo Regime europeu. Vemos, assim, o problema de se estender as constatações da micro-história italiana sobre o campo italiano moderno ao mundo colonial: ao invés de se inspirar no método, os historiadores brasileiros da escravidão vinculados ao projeto liderado por Fragoso estão se inspirando nas conclusões a que chegaram os historiadores italianos, que lidaram contudo com uma realidade bastante distinta da economia agrária altamente mercantilizada do Novo Mundo.⁴²

Evidentemente, caso se negue a existência de uma economia-mundo capitalista a partir do século XVI, e que o Novo Mundo era parte integrante essencial de seu espaço, o que está no parágrafo acima perde todo o sentido. Fragoso não é explícito quanto a isso, porém é este o caminho que ele está adotando, como se pode perceber em um artigo bem recente: nele, aparecem ideias como a da completa autonomia do espaço colonial português em relação ao mercado mundial; a de que a implantação da escravidão na América portuguesa nada deveu ao capital comercial europeu; a de que o primeiro colonialismo ibérico, impulsionado por um projeto católico, não teve qualquer tipo de relação com a formação do capitalismo, ao contrário do projeto colonial inglês, desde o início conduzido por

⁴⁰ Ver, respectivamente, STERN, Steve J. Paradigmas da conquista, história, historiografia e política. In: BONILLA, Heraclio (org.). *Os conquistados. 1492 e a população indígena das Américas*. Tradução portuguesa. São Paulo: Hucitec, 2006; HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In: HOLANDA, S. B. de (org.). *História geral da civilização brasileira. A época colonial, Administração, economia, sociedade*, tomo 1, v. 2. São Paulo: Bertrand, 2001, 1ª edição 1960.

⁴¹ BRAUDEL. *Civilização material*, volume II, p. 217-258.

⁴² Dentre os vários exemplos passíveis de serem citados, veja-se FRAGOSO, João. Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, n. 29, 2002, p. 3-28.

uma lógica capitalista.⁴³ O abandono do conceito braudeliano de economia-mundo (equivocadamente associado por Fragoso à teoria da dependência) talvez seja o que explique o silêncio absoluto, em um balanço da historiografia sobre a economia escravista colonial, sobre trabalhos matriciais – e que de modo algum podem ser classificados como adeptos da teoria da dependência ou do modelo do antigo sistema colonial – como os de Evaldo Cabral de Mello sobre Pernambuco, de Stuart B. Schwartz sobre a Bahia, de Luis Felipe de Alencastro sobre o tráfico negreiro.⁴⁴ Com efeito, as finas análises desses historiadores sobre as relações entre o mundo açucareiro da costa nordeste da América portuguesa e a expansão ultramarina europeia, impulsionada por um amplo conjunto de forças do capital mercantil europeu, ibérico ou não, não cabem em um modelo que prega a total autonomia do Império português em relação ao restante da Europa.⁴⁵

⁴³ FRAGOSO, João. Modelos explicativos da chamada *economia colonial* e a ideia de monarquia pluricontinental: notas de um ensaio. *História*. São Paulo, Unesp, v. 31, n. 2, 2012, p. 106-145.

⁴⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630/1654*. São Paulo: Edusp, 1975; Idem. Marginália: os alecrins no canavial. In: *Rubro veio. O imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 408-441; Idem. *O nome e o sangue. Uma fraude genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; Idem. *A fronda dos mazombos. Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; Idem. *O negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003; SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução português. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁴⁵ Vale citar um exemplo adicional, o bom trabalho de MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *As múltiplas faces da escravidão. O espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 1711 – c. 1756*. Rio de Janeiro: Mauad, 2012. Fruto de uma tese de doutorado orientada por Fragoso que espousa as hipóteses centrais do grupo de pesquisadores por ele coordenado, o livro examina o “espaço econômico do ouro” de Minas Gerais. Fernand Braudel, com sua apreensão geográfica dos circuitos mercantis, é uma referência importante para a definição empregada por Kelmer Mathias: “um espaço econômico é necessariamente constituído por várias regiões que, direta ou indiretamente, atuam impulsionando a circulação de mercadorias, serviços e mão-de-obra, fomentando, então, a circulação de riquezas” (p. 31). Bahia, Rio de Janeiro, Costa da Mina e Angola faziam parte do “espaço econômico do ouro”. A Inglaterra, pelo que se lê no livro, não, a despeito de grande parte do ouro de Minas Gerais ter ido para lá. Não há, no livro de Kelmer Mathias, quaisquer referências sobre trabalhos clássicos (Vitorino Magalhães Godinho, Pierre Vilar, H. E. S. Fischer, Sandro Sideri, Virgílio Noya Pinto, Michel Morineau) que exploraram exaustivamente os profundos vínculos entre as lavras auríferas de Minas Gerais e o eixo econômico Portugal-Inglaterra. Em 1988, ao comentar a tese de doutorado de Fragoso ainda em elaboração, Ciro Cardoso escreveu o seguinte: “Tendo combatido por muitos anos as posturas que enfatizam unilateralmente as relações metrópole-colônia ou centro-periferia, o capital mercantil (hipostasiado em ‘capitalismo comercial’) e mais em geral a circulação de mercadorias como lócus explicativo privilegiado, só posso me regozijar com estes novos e sólidos argumentos. Desde que, também neste caso, não se ceda à tentação de mais uma ênfase unilateral. Mesmo se as análises cujos resultados foram aqui resumidos são, às vezes, delimitadas e tratam de elementos e variáveis parciais, não estarão esquecendo exageradamente, empurrando um tanto para fora do horizonte, a

De tudo o que descrevi, deriva um problema fulcral contido na perspectiva de história atlântica que surgiu no rastro de *Arcaísmo como projeto*: o “mercado atlântico” que aparece em vários dos textos vinculados a tal perspectiva equivale tão-somente ao eixo África-Brasil (que eventualmente pode incorporar Goa). Não há, neles, sequer uma palavra sobre a competição entre diferentes unidades imperiais no espaço atlântico ou, melhor dizendo, na arena da economia-mundo, a despeito das assertivas de que a perspectiva de análise “imperial” por eles apresentada constitui novidade. Trata-se, portanto, da velha história nacional sob uma nova roupagem e, o que é pior, da incorporação acrítica de certa historiografia sobre o Império português que é incapaz de inscrevê-lo a contento no quadro das relações mundiais da era moderna, retrocedendo, assim, em relação aos próprios historiadores que tomam por matriz, como Charles Boxer e Vitorino Magalhães Godinho. Em duas palavras, o que se apresenta como novidade historiográfica é, simplesmente, vinho velho em garrafas novas: o Brasil dos séculos XVI-XIX seria arcaico por não ter o trabalho assalariado como a norma e por não ter seguido o caminho da industrialização na virada do século XVIII para o XIX. O capitalismo industrial fundado no trabalho assalariado, portanto, permanece como o *telos* da História, tal como havia sido conceituado pela teoria da dependência e pelo modelo do antigo sistema colonial.

IV.

Depois dessas avaliações, creio ser necessário encerrar o texto com um tom propositivo. Não vou apresentar uma sugestão de modelo acabado: quero, antes, apontar em linhas muito gerais como é possível voltar a incorporar a dimensão mundial do capital nas análises sobre a escravidão brasileira, sem recair nos esquematismos vigentes até os anos setenta e tampouco sem

dependência colonial e neocolonial – e as determinações e condicionamentos que ela sem qualquer dúvida implicava (ainda que tais análises tenham demonstrado que algumas das determinações imputadas a fatores externos eram falsas)? Fique como questão a ser pensada esta minha dúvida”. CARDOSO, C. F. S. Reflexões conclusivas: uma sociedade, não um mero quintal da Europa. In: CARDOSO, C. F. S. (org.). *Escravidão e abolição no Brasil. Novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p. 58. Arrisco-me a afirmar que, um quarto de século depois, Ciro Cardoso não tenha gostado do resultado a que se chegou. A mesma passagem é citada, com o mesmo sentido crítico de meu texto, por MOTTA, José Flávio. *Agonia ou robustez? Reflexões acerca da historiografia econômica brasileira*. *Revista de Economia da PUC-SP*. São Paulo: PUC-SP, vol. 1, nº 1, 2009, p. 124-5, e por TEIXEIRA, Rodrigo Alves. *Capital e colonização: a constituição da periferia do sistema capitalista mundial*. In: PIRES, Julio Manuel e COSTA, Iraci del Nero da (org.). *O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas*. São Paulo: Educ, 2010, p. 199.

abandonar as conquistas obtidas pela historiografia posterior, como, dentre outras, as análises sobre a diversidade espacial e temporal da escravidão no Brasil, o protagonismo escravo, o mercado interno. Para tanto, é necessário nos desvencilharmos das definições de capitalismo que predominaram nas ciências sociais brasileiras até a década de 1970 e que ainda se fazem presentes em trabalhos recentes da historiografia sobre a escravidão negra, definições essas baseadas em uma compreensão unívoca que equivale o capitalismo à forma do trabalho assalariado livre e a experiências nacionais singulares, e que tem na trajetória da Grã-Bretanha o modelo para compreensão do processo histórico de sua formação.

Nesse sentido, uma conceituação alternativa pode ser buscada nos trabalhos de Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, que chamam atenção para a flexibilidade e alternância como elementos estruturais do capitalismo histórico.⁴⁶ Seu elemento definidor, assim, não seria o trabalho assalariado empregado na grande indústria mecanizada, mas, sim, o capital líquido e móvel, que se desloca de uma aplicação para outra conforme as oportunidades de ganho, em uma busca incessante da acumulação pela acumulação. Todavia, a variante de ciência social histórica praticada por Wallerstein e Arrighi costuma gerar arrepios em historiadores antiteóricos, que hoje predominam no campo. A situação de Braudel tampouco é fácil: os volumes de *Civilização material, economia e capitalismo*, em que pesem ser o ponto máximo a que um historiador profissional pode chegar, acabaram passando ao largo das discussões sobre a escravidão brasileira posteriores aos anos oitenta, não sem prejuízo para o conhecimento do nosso passado escravista. Seja como for, o último Braudel e as perspectivas de análise do sistema-mundo formuladas de modos diferentes por Wallerstein e por Arrighi apontam para os limites tanto do modelo do antigo sistema colonial como das formulações de *O arcaísmo como projeto*.⁴⁷ Valendo-se da conceituação

⁴⁶ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. 3 volumes. Tradução portuguesa. São Paulo: Martins Fontes, 1996 (1ª edição francesa 1979); WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico & civilização capitalista*. Tradução portuguesa. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001 (1ª edição inglesa 1981); ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Tradução portuguesa. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora Unesp, 1996 (1ª edição inglesa 1994).

⁴⁷ Um equívoco frequente na historiografia brasileira consiste em equivaler Wallerstein à teoria da dependência e, em especial, ao modelo do antigo sistema colonial. O procedimento pode ser observado tanto na crítica pioneira de CARDOSO, Ciro Flamarion S. As concepções acerca do “sistema econômico mundial” e do “antigo sistema colonial”: a preocupação obsessiva com a “extração do excedente”. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980, como no artigo mais recente de VILLELA, André Arruda. Exclusivo metropolitano, “superlucros” e acumulação primitiva na

proposta por esses autores, talvez nos seja mais fácil evitar o risco de empregarmos a categoria capitalismo como uma “totalidade supra-histórica”,⁴⁸ como o fez a teoria da dependência e o fazem aqueles que operam conforme o esquema do *Arcaísmo*. Deixando de apreendê-la como tal, torna-se viável aquilatar como a constelação das forças capitalistas mundiais nos séculos XVI-XVII, por exemplo, foram distintas das que vigoraram no século XIX. Compreender o capitalismo a partir de sua flexibilidade e alternância, enfim, pode ser uma ótima chave para compreender a dinâmica histórica da escravidão brasileira em suas articulações com o quadro do capitalismo global.

Evidentemente, não se trata de aplicar mecanicamente uma dada definição de capitalismo ao estudo da escravidão brasileira. A ressalva principia pelas próprias publicações de Immanuel Wallerstein, nas quais o todo (o moderno sistema-mundo) determina as partes que o compõem, sendo a escravidão negra nas Américas um atributo imutável – do século XVI ao século XIX – da periferia desse sistema, nada diferindo em substância de outras modalidades de trabalho compulsório e de trabalho livre também presentes na periferia. A perspectiva crítica de Dale Tomich, nesse sentido, é muito iluminadora. Sem negar a validade do constructo da economia-mundo capitalista, Tomich examina a historicidade das interações entre as múltiplas relações de produção e de trabalho articuladas em torno dela. Em suas palavras,

a atenção à especificidade das formas de produção social nos permite compreender a economia mundial não simplesmente como a soma das suas partes ou como uma abstração sobre e acima delas, mas como relações distintas entre formas sociais particulares e processos de produção material, integrados uns aos outros mediante modos definidos de troca e de poder político – como uma totalidade estruturada e diferenciada que muda ao longo do tempo.

A escravidão, por conseguinte, deve ser apreendida por meio de sua relação, via mercado mundial, com as outras formas de trabalho que o constituem, sejam assalariadas ou não. “Essa abordagem”, prossegue Tomich, “permite-nos compreender a produção e a troca – o mercado mundial e a divisão do trabalho – não como entidades distintas e separadas, mas como relações mutuamente interdependentes: como momentos de um processo contínuo

Europa pré-industrial. *Topoi*. Rio de Janeiro, UFRJ, v. 12, jul.-dez 2011, n. 23, p. 4-29. Mas, ao menos, eles não associam Fernand Braudel à teoria da dependência, como o faz Fragoso no artigo citado na nota 44.

⁴⁸ A expressão é de HALPERÍN-DONGHI, Tulio. “Dependency theory” and Latin American historiography. *Latin American Research Review*, vol. 17, n. 1, 1982, p. 115-130, especialmente p. 121.

de produção e reprodução em escala mundial”.⁴⁹ Ao se valer de uma noção de capitalismo histórico que não vê as relações entre trabalho escravo e trabalho assalariado como externas umas às outras, mas como estrutural e dialeticamente integradas, Tomich traz uma proposta altamente sugestiva para examinar as interconexões estreitas entre o mundo criado pela Revolução Industrial e o mundo produzido pela expansão da escravidão no espaço americano.

As pesquisas de Tomich concentram-se no século XIX, mas suas premissas ajudam a iluminar igualmente a escravidão negra nas Américas em sua longa trajetória iniciada no século XVI. É o que podemos verificar no trabalho de Jason Moore, bem próximo à letra teórica e metodológica de Tomich. Com a categoria fronteira da mercadoria (*commodity frontier*), Moore apresenta um programa original de síntese da história econômica, da sociologia histórica e da história ambiental, que permite caracterizar o capitalismo como uma “ecologia-mundo”, na qual a produção da natureza e a produção do capital operam como dois lados da mesma moeda. A ênfase nas fronteiras da mercadoria (uma derivação do conceito de cadeia mercantil, crucial para se observar a divisão do trabalho e os circuitos de acumulação na arena da economia-mundo) lança luz sobre a tendência estrutural do capitalismo em degradar o meio ambiente, antes mesmo da Revolução Industrial. Ao investigar os meios pelos quais a produção e distribuição de mercadorias específicas – de produtos primários, em especial – estruturaram espaços geográficos às margens do sistema-mundo de tal modo a requerer expansão adicional, Moore explicita as conexões entre a transformação ecológica e o caráter expansivo do capital. A incorporação constante de novas fronteiras para as cadeias mercantis do capital foi, desde o século XVI, impulsionada por uma lógica de exploração máxima dos recursos naturais; neste sentido, o capitalismo como sistema histórico mundial desde o início se reproduziu pela produção constante de novas fronteiras da mercadoria e, portanto, de degradação ambiental.⁵⁰

⁴⁹ TOMICH, Dale. *Pelo prisma da escravidão. Trabalho, capital e economia mundial*. Tradução português. São Paulo: Edusp, 2011, p. 71-73.

⁵⁰ Dentre os vários artigos, ver em especial MOORE, Jason W. Sugar and the expansion of the early modern world-economy: Commodity frontiers, ecological transformation, and industrialization. *Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, vol. 23, n. 3, 2000, p. 409-433; Idem. “Amsterdam is standing on Norway”, part I: the alchemy of capital, empire and nature in the diaspora of silver, 1545-1648. *Journal of Agrarian Change*, vol. 10, n. 1, 2010, p.33-68; Idem. “Amsterdam is standing on Norway”, part II: The global North Atlantic in the ecological revolution of the long seventeenth century. *Journal of Agrarian Change*, vol. 10, n. 2, 2010, p. 188-227; Idem. Ecology, capital, and the nature of our times: accumulation and crisis in the capitalist world-ecology. *Journal of World-Systems Research*, vol. 17, n. 1, 2011, p. 108-147.

Como isso pode ser útil ao estudo da escravidão brasileira? As múltiplas fronteiras da mercadoria nas Américas, todas elas envolvendo de uma forma ou de outra a compulsão do trabalho (açúcar, metais preciosos, madeira, gado, café, algodão, tabaco, peles, pescados), permitem acompanhar não apenas a expansão do capital, mas, sobretudo, suas descontinuidades no tempo e no espaço. No Novo Mundo, as fronteiras da mercadoria foram profundamente transformativas da terra e do trabalho. A sobre-exploração e a simplificação dos ecossistemas, implicando necessariamente a sobre-exploração e a degradação do trabalho, tiveram como consequência a tendência de queda constante da produtividade e da lucratividade dos empreendimentos coloniais. A mercantilização da terra e do trabalho na paisagem americana ditada pela lógica do capital envolveu, por conseguinte, a expansão contínua das fronteiras da mercadoria. Tal enquadramento pode servir de estímulo para pesquisas que relacionem a escravidão negra à apropriação do espaço colonial em uma escala global, seja pela análise da produção de açúcar, tabaco, algodão e café, seja da pecuária, da extração aurífera e da exploração das drogas do sertão.

No campo de um marxismo mais ortodoxo (porém em absoluto mecânico), há bons exemplos de caminhos a serem seguidos para reinscrever o exame da escravidão brasileira no processo de formação do capitalismo global. O primeiro é o que decorreu do trabalho pioneiro e basilar de Iraci del Nero da Costa sobre a demografia da escravidão. Após vasto trabalho empírico no qual ajudou a redesenhar o conhecimento sobre o sistema escravista brasileiro, Costa, ao lado de outros colegas, tem investido na elaboração teórica do conceito de capital escravista-mercantil.⁵¹ Ainda que seus últimos escritos sejam bastante marcados por uma formulação excessivamente lógica do conceito, pode-se dizer que eles abrem boas perspectivas para a análise concreta da escravidão brasileira em suas relações com o capitalismo mundial, congruentes com muitas das observações que foram expostas no presente artigo.

O segundo exemplo vem da monumental obra de Robin Blackburn sobre as três idades da escravidão moderna: há muito que explorar sobre a articulação do Brasil e dos demais sistemas escravistas americanos com a formação do capitalismo mundial a partir das sugestões contidas nesse tra-

⁵¹ Sobre a primeira face, ver a coleção de ensaios reunidos em LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci del Nero da e KLEIN, Herbert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp-Imprensa Oficial, 2009. Sobre o trabalho teórico, ver PIRES, Julio Manuel e COSTA, Iraci del Nero (ed.). *O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas*. São Paulo: Educ, 2010.

balho.⁵² Em um registro próximo ao do livro de Blackburn, no entanto fora do campo do marxismo, a historiografia sobre a escravidão brasileira só tem a ganhar em participar no debate sobre o problema da “grande divergência”. Revertendo as explicações “internalistas” da Revolução Industrial que predominaram nos anos 1970 e 1980, trabalhos de peso publicados neste novo milênio têm considerado a escravidão negra do Novo Mundo como um fator decisivo para compreender o descolamento do Ocidente em relação ao Oriente.⁵³ Essa literatura não para de crescer, tendo gerado reações duras, mas, até agora, foi nula a contribuição para esse debate por parte da historiografia que trata de um dos dois maiores sistemas escravistas do hemisfério ocidental – no que se refere ao volume do tráfico negreiro transatlântico, o maior do mundo moderno.

O que me traz à conclusão do artigo. Ele pode ser acusado de cobrar algo que não esteve no horizonte dos objetivos dos historiadores resenhados. De fato, nenhum deles pretendeu examinar, em seus trabalhos sobre a escravidão brasileira, as relações da instituição com as forças capitalistas globais. Porém, são justamente as implicações desta exclusão que me impulsionaram a compor esta peça. Em outras palavras, pela própria natureza do objeto em questão, desconsiderar o mercado mundial como uma dimensão central de sua formação conduz a uma compreensão reduzida e, portanto, incompleta do fenômeno observado. Preciso ser explícito: não estou afirmando que a economia-mundo capitalista determinou o que foi a escravidão negra nas Américas, mas sim que a formou, tal como, reversivamente, a escravidão negra formou essa economia-mundo. O risco de circularidade do argumento é inexistente, se entendermos – seguindo Jason Moore – que o capitalismo não se formou primeiro na Europa e depois se expandiu para o mundo, mas, sim,

⁵² BLACKBURN, Robin. *The American crucible. slavery, emancipation and human rights*. Londres: Verso, 2011. Para um exemplo de engajamento crítico com o modelo de Robin Blackburn no campo da política da escravidão e que também tem em Dale Tomich uma referência central, ver BERBEL, Márcia, MARQUESE, Rafael de Bivar e PARRON, Tâmis. *Escravidão e política. Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010. Ver, no mesmo sentido, SCHMIDT-NOWARA, Christopher. *Slavery, freedom, and abolition in Latin America and the Atlantic world*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2011, e DAL LAGO, Enrico. *American slavery, Atlantic slavery, and beyond. The U. S. “peculiar institution” in international perspective*. Boulder: Paradigm Publishers, 2012.

⁵³ Ver, dentre outros, POMERANZ, Kenneth. *The great divergence. China, Europe, and the making of the modern world economy*. Princeton: Princeton University Press, 2000; FINDLAY, Ronald e O’ROURKE, Kevin H. *Power and plenty. Trade, war and the world economy in the second millennium*. Princeton: Princeton University Press, 2007; e o pequeno volume de síntese de ALLEN, Robert C. *Global economic history. A very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

que ele se formou em seu próprio processo de expansão espacial, isto é, na constituição de uma economia-mundo. Nesse movimento, o primeiro mercado de trabalho verdadeiramente global, construído já no primeiro colonialismo ibérico, foi justamente dado pelo tráfico transatlântico negreiro.⁵⁴ E, daquele momento em diante, a escravidão moderna foi uma instituição que só logrou se reproduzir via mercado mundial, o que vale inclusive para o sul dos Estados Unidos oitocentista.⁵⁵ Por fim, creio que não é arriscado afirmar que a historiografia posterior aos anos 1980 trouxe um conhecimento mais exato e aprofundado do escravo, do senhor, do homem livre pobre que vivia naquele mundo, mas não necessariamente da escravidão. Devemos lembrar que essa instituição foi, desde sempre, um fato social total, que se reproduzia em meio a um complexo jogo de determinantes públicos e de determinantes privados.⁵⁶ Apenas uma perspectiva holística, totalizadora, que seja capaz de integrar a história econômica, a história social, a história política e a histórica cultural em um quadro analítico de conjunto, e que inscreva a contento o Brasil no mundo, poderá apreendê-la devidamente.

William Sewell Jr., um historiador social simpático aos métodos quantitativos nos anos 1960, que mergulhou de cabeça na história cultural pós-estruturalista nas duas décadas seguintes, fez uma dura avaliação do que estava em jogo no ápice da crítica ao projeto de história total. Poucos perceberam, inclusive ele próprio, que “durante o exato período em que os historiadores deixaram alegremente de lado a noção de determinação estrutural, a configuração de nosso próprio mundo social estava sendo profundamente transformado pelas mudanças nas estruturas do capitalismo global”.⁵⁷ Neste balanço, pretendi destacar a necessidade de recuperarmos a poderosa herança intelectual que foi colocada de escanteio pela renovação historiográfica posterior à década de 1980, e que teve no problema da formação do capitalismo o cerne de suas preocupações. Minhas observações não têm caráter excludente; elas não pretendem fazer terra arrasada das numerosas

⁵⁴ Em minha leitura, esta é uma das principais implicações do trabalho de ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁵⁵ A particularidade norte-americana de reprodução da escravidão negra por um tráfico interno ditado pelo mercado mundial será exaustivamente explorada no novo livro – em processo de finalização – de Edward E. Baptist, professor da Universidade de Cornell.

⁵⁶ Para a escravidão como fato social total e a aceção de seus determinantes públicos e privados, ver PATTERSON, Orlando. *Escravidão e morte social*. Tradução português. São Paulo: Edusp, 2009.

⁵⁷ SEWELL Jr., William H. *Logics of History. Social theory and social transformation*. Chicago: The University of Chicago Press, 2005, p. 49.

e valiosas contribuições apresentadas pela agenda pós-anos oitenta – um procedimento criticável daquela época, quando muitos dos então jovens historiadores fizeram terra arrasada das contribuições da geração anterior. Procurei tão-somente salientar meu receio de que, se não recolocarmos no cerne de nossas preocupações os processos materiais de longa duração que se desenrolaram na arena global, correremos o risco de ficarmos presos na fragmentação, na incapacidade de produzir quadros analíticos de conjunto e, sobretudo, de dialogar de modo substantivo com um presente marcado pelo domínio sem freios do capital financeiro, por uma crise ambiental sem precedentes, pelo aprofundamento da degradação do trabalho em vários quadrantes do globo, e no qual o Brasil parece regredir para a posição de exportador de *commodities*.

Recebido: 15/05/2013 – Aprovado: 10/07/2013.

